



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

Processo n.º 08295099620208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIELIS CAROLINA COVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho retro, expor o que segue.

Importante esclarecer que o demandado **IMPUGNA VEEMENTE os argumentos completamente eivados de vícios** da parte exequente, pelo que passa a expor.

Inicialmente é de suma importância ressaltar que o processo já consta com **SENTENÇA EM FASE DE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, II, CPC, TRANSITADA EM JULGADO**, ou seja, não houve interposição de embargos ou recurso, motivo pelo qual o processo sequer deveria ter sido desarquivado para apreciação dos pleitos descabidos da parte autora.

A sentença de extinção da execução pela satisfação da obrigação, nos termos do art. 924, II, CPC encontra-se no Ref. mov. 77.1 e a intimação abaixo destacada.

Data: 18/12/2021  
 Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA  
 Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CRISTIAN JESUS SUAREZ COVA) em 21/01/2022 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 77) EXTINTA A EXECUÇÃO OU O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (22/11/2021) e ao evento de expedição seq. 80.  
 Por: WENDER DE MOURA OLIVEIRA

Logo, por óbvio, não há que se falar em qualquer pleito da parte autora que não interpos recurso, oportunidade em que **ocorreu o TRÂNSITO EM JULGADO**.

Ainda que não tivesse ocorrido, o que admite-se tão somente por amor ao debate, importante esclarecer que **o pleito de saldo remanescente é COMPLETAMENTE absurdo, quicá trata-se de litigância de má-fé**, tendo em vista as informações totalmente divergentes da condenação imposta nos autos!!!

Veja, Nobre Julgador, que em momento algum o acórdão majorou os honorários em 10%, pelo contrário, **DEIXOU DE MAJORAR**, pois já foi fixado no patamar máximo previsto em lei de 20%, a seguir:



Deixo de majorar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento), tendo em vista o disposto no artigo 85, §11º, do CPC.

Além disso, o indexador utilizado no TJRR é o ENCOGE, conforme corretamente inserido no cálculo e previsto na **PORTARIA N.º 2176, DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2017.**, disponível no link <http://portalantigo.tjrr.jus.br/index.php/servicos/fator-de-atualizacao-monetaria> e em anexo. Vejamos:

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** Para atualização monetária de débitos em geral (exceto débitos fazendários inscritos em precatórios e requisições de pequeno valor), deverá ser utilizada tabela aprovada no 11º ENCOGE - Encontro do Colégio de Corregedores de Justiça Estaduais, disponível no site de seu autor, Gilberto Melo, em [http://www.gilbertomelo.com.br/jebr\\_n.php](http://www.gilbertomelo.com.br/jebr_n.php) - Tabela Uniforme (não expurgada).

**Art. 2.º** O Fator de Correção será divulgado, mensalmente, no Diário da Justiça Eletrônico, por meio de setor competente.

Além dos equívocos supracitados, com inserção de honorários indevidos no cálculo de 20% e 10% a parte exequente ainda inseriu multa e honorários do 523 sem qualquer cabimento, pois o pagamento foi realizado de modo espontâneo nos termos do art. 526, CPC e em momento algum houve intimação nos termos do art. 523, CPC, para pagamento de saldo ou início do prazo de IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, o que se impugna agora de modo espontâneo, nos termos do art. 218, §4º, CPC, embora sequer seja o caso, pois, conforme ressaltado anteriormente, **TRANSITOU EM JULGADO a sentença de extinção nos termos do art. 924, II, CPC.**

A parte exequente, como se não bastassem todos os equívocos anteriormente elencados, também erra no cálculo, pois atualiza o valor até novembro de 2021, enquanto o pagamento correto e comprovado nos autos foi realizado em outubro de 2021. De sorte que da referida data o valor passa a ser corrigido pela Instituição Financeira, conforme preconiza a Súmula 179, STJ.

Em virtude do exposto, vem pugnar pelo **INDEFERIMENTO DO PLEITO do exequente, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença de EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO nos termos do art. 924, II, CPC, e, ainda que não fosse o caso de trânsito em julgado, por ser COMPLETAMENTE INDEVIDO o saldo postulado e em total divergência ao que consta na condenação imposta.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de março de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**